

Os jovens entre o rural e o urbano: proposições para os novos arranjos sociais e de desenvolvimento no campo a partir da região Oeste de Santa Catarina¹

Rodrigo Kummer²

A reprodução das unidades agrícolas familiares na região Oeste de Santa Catarina percebe-se ameaçada pela nova configuração que a relação entre ruralidade e urbanidade se revela aos jovens rurais. Esses indivíduos constroem projetos de vida que rompem com as práticas baseadas num pretenso isolamento e na autossuficiência. Estão interessados no acesso a bens materiais e simbólicos que emanam no urbano e tendem a provocar sua inserção e justaposição ao rural – não sem conflitos. Quando não se estabelecem essas possibilidades a migração e o abandono de uma vida rural tornam-se ações corriqueiras. O processo de esvaziamento das áreas rurais, somados ao envelhecimento, masculinização e crise sucessória das unidades produtivas familiares infere uma conjuntura de preocupação com a tessitura dos novos arranjos sociais. O espaço urbano, como local de destino, sofre com a “periferização”, enquanto que o rural, como local de saída, sofre o despovoamento e a desestruturação de seu *modus operandi*. A análise dessa problemática interpõe discutir quais os projetos de desenvolvimento rural que levam em conta a permanência dos jovens e a reprodução do espaço rural encadeando-se com as demandas de acesso a bens urbanos. Não significa transformar o rural em urbe, mas adequar as perspectivas sociais e as demandas “para” e “no” campo. Toma-se como espaço de pesquisa a região Oeste de Santa Catarina, especialmente a partir de entrevistas com jovens da cidade de Palma Sola/SC.

Introdução

Embora debatido e presente em discussões políticas, a questão do êxodo e da permanência dos jovens rurais é delimitada hora como um resultado do ajustamento ao desenvolvimento econômico do país, hora com as carências desse desenvolvimento. Essa pressuposição é parcial, uma vez que não leva em conta as motivações que os migrantes lançam mão para justificar sua saída ou permanência no campo. Cabe lembrar que não há uma conjectura que determine os espaços a serem ocupados pelos indivíduos no ambiente, cabendo a eles definirem isso. Existe uma tendência ao êxodo destes jovens, como uma estratégia lançada para melhoria de vida. Todavia nem todos se tornam migrantes, permanecendo vinculados ao ambiente agrícola.

A suposição dos espaços ocupados ou das motivações entre estes jovens liga-se diretamente a forma como tecem a leitura dessa dicotomia rural/urbano. As formas de ver, pensar e conceber ambos os espaços especifica os elementos explicativos lançados mão nos momentos de decisão. O meio rural é preponderantemente expresso como local de penúria. A cidade o local das oportunidades. Entretanto essas noções são permeadas de muitas e complexas situações que destoam desse discurso. Nem um dos espaços é negligenciado, mas sim relativizado. Forma-se um jogo de especulações e representações impactante na forma como as trajetórias de vida e os próprios espaços são pensados.

Nesse sentido este artigo se divide em duas partes. Na primeira traça-se uma discussão referente ao processo de constituição e reprodução da agricultura familiar na região Oeste de Santa Catarina. Na segunda analisa-se a permanência de jovens rurais, tomando por base a referida região, mais precisamente os dados colhidos entre os jovens rurais da comunidade de Cerro Azul no interior do

¹ Artigo produzido a partir dos resultados da investigação da dissertação de Mestrado defendida junto ao programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/Campus de Toledo-PR, em junho de 2013, sob a orientação do Prof. Dr. Silvio Antônio Colognese.

² Mestre em Ciências Sociais pela UNIOESTE e Professor da UNIPAR/Francisco Beltrão-PR. E-mail: kummer@unipar.br.

município de Palma Sola/SC. Daí depreende-se a problematização relativa as dicotomias e paradoxos em voga no meio rural consubstanciado pela agricultura familiar.

O processo de constituição e reprodução da agricultura familiar no Oeste de Santa Catarina

A condição da reprodução da agricultura familiar é fato central no estabelecimento de uma relação específica entre a manutenção e a estagnação dos espaços rurais. Desta forma propõe-se uma discussão referente à constituição e reprodução desses territórios da região Oeste de Santa Catarina – uma área típica de pequenas unidades agrícolas geridas familiarmente – e nos impasses e paradoxos que envolvem os agentes potencialmente “continuadores” dessa atividade, os jovens.

A região Oeste de Santa Catarina³ se inscreve na historiografia como resultado de um processo que, em primeira instância, se deu pela ocupação extensiva e desordenada do espaço. E, num segundo momento, como forma de um projeto de colonização, envolvendo em ambos os casos múltiplos atores.

Entende-se que a ocupação oficial das terras devolutas, ou “terras de ninguém”, iniciadas na região na entrada do século XX, se deu de forma organizada através da ação do Estado, que delegou às companhias colonizadoras a incumbência de povoar os territórios até então considerados vazios. Estas companhias vendiam lotes previamente demarcados (usualmente de 24,2 hectares, chamados “colônia”) a agricultores imigrantes – principalmente alemães, italianos e poloneses – e migrantes vindos, na sua maioria, das áreas de colonização agrícola do Rio Grande do Sul. Estes colonos, ou “colonos de origem” como classifica Renk (2005, p. 113), desenvolveram atividades agrícolas e estabeleceram o povoamento intensivo na região. Isto ocorre na chamada fronteira agrícola entre os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, promovendo o deslocamento de contingentes populacionais do primeiro para os outros dois Estados.

Enquanto artifício de desenvolvimento das estruturas do espaço regional pode-se dizer que esse movimento colonial garantia a sua continuidade pautando-se em critérios específicos de reprodução das unidades familiares de produção agrícola. Buscava-se “colocar os filhos”, isto é, permitir que estes se estabelecessem na atividade agrícola assim como seus pais. É importante perceber como os filhos eram socializados ao trabalho agrícola desde muito cedo. Se o objetivo, geralmente, não era o de obter a contribuição física do trabalho das crianças, era de iniciá-los no mundo rural. De acordo com Petrone “as crianças desde cedo eram recrutadas para as mais variadas tarefas na roça, junto aos animais ou na casa. Famílias com muitos filhos em idade de trabalhar tinham mais perspectivas de prosperar” (1984, p. 60).

Portanto, todos os esforços no sentido de prover de forma efetiva os novos membros do grupo dentro da perspectiva de se tornarem também “novos agricultores” dependia da relação que a família tinha com os valores materiais acumulados pelo grupo. Estes valores seriam colocados à disposição dos seus membros de forma escalonada e fragmentada através do tempo. Constata-se a existência de um modelo de manutenção e continuidade sucessional dos filhos, vinculada a solidariedade de toda família em torno da constituição das novas propriedades, conforme constata Abramovay (1998). De acordo com ele havia na região sul do Brasil um quadro de perpetuação da atividade agrícola, garantida pelo envolvimento do núcleo familiar original na consecução dos novos núcleos agrícolas.

Como elucida Renk (2006, p. 79), isso significava assegurar que os descendentes tivessem uma terra para trabalharem quando cassassem principalmente os filhos do sexo masculino. A terra, como já foi dito, era então o elemento primordial para a consecução desse projeto. Quando não era possível adquirir um novo lote a família tendia a manter o os filhos recém-casados junto à unidade produtiva, seja inserindo-os nas atividades produtivas da casa ou agindo como fiduciária para o arrendamento de um

³ A região Oeste catarinense situa-se delimitada, no eixo Sul-Norte, entre os estados do Rio Grande do Sul e Paraná e no eixo Leste-Oeste entre o Rio do Peixe e a fronteira do Estado de Santa Catarina com a República Argentina, demarcada pelo rio Peperi Guaçu, formando um território de 27.288, 763 Km² e um quantitativo populacional de aproximadamente 1.200.000 habitantes.

lote adjacente ou próximo. O casal podia morar junto, na casa dos pais ou ainda construir um rancho próximo da casa, ao que se chamava "morar encostado". Essa situação podia ser provisória, mas dadas as dificuldades financeiras da família tornava-se, em alguns casos, permanente.

Essa dinâmica de reprodução da agricultura familiar no sul do país, como assinala Abramovay (1998) se manteve até finais da década de 1960. De acordo com Woortmann era comum que o processo sucessional da unidade familiar e os sistemas de herança, seguissem as seguintes possibilidades: a primogenitura (o filho mais velho é o herdeiro); a "ultimogenitura" (o filho mais novo é o herdeiro), sendo que poderiam ocorrer a unigenitura (a indivisão da propriedade) ou a partilha igualitária (onde todos receberiam uma parte correspondente a propriedade ou um valor monetário relativo a ela), (1995, p. 49). Entende-se ainda que o modelo de reprodução manifesto até a década de 1970 era comumente o minorato, isto é, "a propriedade paterna é transmitida ao filho mais novo que, em contrapartida, fica com a responsabilidade de cuidar dos pais durante a velhice" (SILVESTRO *et alii*, 2001, p. 65).

A partir da década de 1970 há um rearranjo sistemático do modelo de desenvolvimento agrícola, tendo sido incorporado à agricultura o processo de modernização e de assimilação da chamada Revolução Verde. Esse novo arranjo organizacional levou em conta a utilização dos insumos, de defensivos agrícolas, de novas ferramentas e máquinas e de novas técnicas de produção, alterando a sistemática de trabalho. Modificou-se também o destino da sua produção que, até então, centrava-se no próprio consumo, sendo vendida apenas uma parcela do excedente, a fim de se obter acesso aos bens não produzidos na própria propriedade. Conforme assinala Queiroz (1973, p. 30), "desde que o destino da produção se modifique, isto é, desde que o lavrador se disponha a plantar para vender, sua organização de trabalho também se modifica, pois deve alcançar uma quantidade muitíssimo maior do produto colhido".

Com os novos arranjos técnicos da agricultura, o índice de pessoal necessário à atividade passa a ser menor. George afirma que "a modernização da agricultura tem, com efeito essencial, a redução do tempo de trabalho exigido para obter a renda bruta do estabelecimento agrícola" (1982, p. 237). Da mesma maneira os parcos valores alcançados ao final das safras propõem como alternativa a saída do campo para o alojamento em atividades complementares. O modelo de sucessão baseado na "pressão moral" é ameaçado e não configura mais uma tendência tradicional. De acordo com Abramovay (1998) é possível afirmar que a transformação agrícola, em curso a partir da década de 1970, fez com que em finais da década de 1980 e início da década de 1990 o padrão esperado não é mais a permanência dos novos membros no campo, mas a sua saída rumo a atividades urbanas.

Os jovens da região Extremo Oeste de Santa Catarina tornam-se desta forma potenciais migrantes. A maioria deles – principalmente as moças – inserem-se na economia urbana tão logo concluem o ensino básico e atinjam a maioridade. O meio urbano é representado como local de maiores oportunidades e a migração ganha contornos de naturalidade entre os jovens. Aqueles que residualmente não migram encontram um paradoxo no que se refere a permanência, que por ser dificultada envolve um caráter muitas vezes provisório e parcial.

A permanência de jovens rurais como um processo inacabado e problemático

Pelas informações colhidas na pesquisa entre os jovens da comunidade de Cerro Azul⁴, o que explica a permanência dos jovens no meio rural, no sentido geral, ainda que existam diferenças significativas, é uma expectativa. Se expressa pelo fato de que os jovens ali instalados não estão efetivamente certos de que fizeram a melhor opção, nem que estão satisfeitos. Eles entendem que é bom viver no meio rural e do meio rural, porém mantém essa noção ponderada, uma vez que "ainda não está bom como deveria", ou como gostariam. Porque não abandonam o rural e vão para o urbano? Pois, no

⁴ Para tal pesquisa foram entrevistados cerca de 20 jovens agricultores residentes na comunidade de Cerro Azul.

momento sentem-se seguros ali e tecem projeções de que poderão continuar ali e se estabelecerem, mas isso se efetivará, segundo dizem, se as coisas melhorarem. Se puderem comprar um pedaço de terra. Se puderem suceder os pais. Se a renda aumentar. Se os preços não oscilarem tanto. Enfim, uma série de cogitações. A maioria não descarta ir embora. Essa não é uma resposta nula. São então “permanentes”⁵. Uns porque não conseguem moralmente abandonar os pais. Outros porque sentem que a falta de qualificação lhes impedirá de progredir no meio urbano. Há aqueles que ficam apesar de desejarem partir, ou mais especificamente: “ficam apesar de desejarem uma vida melhor no próprio campo”.

Os discursos não ensejaram otimismo, tampouco euforia em relação ao permanecer. Pois o estar é também um potencial ir. Parece – e é importante que fique clara a tonalidade de impressão – que o jovem quando define permanecer está renunciando uma projeção de vida (boa, melhor, de excelência). Há uma introspecção entre os não migrantes que congrega a reprodução discursiva de que foram covardes, de que se acomodaram e que de alguma forma terão que conviver com uma perspectiva de menor projeção social, de menor crescimento, de que viverão com pouco e este pouco é infinitamente menor do que “pode” ganhar um migrante. O seu pouco é garantido, mas sempre será pouco.

Arrisca-se dizer que atualmente ficar é tomar uma iniciativa pouco usual, um contrasenso. Para isso o jovem precisará dispor de certas condições, afim de que possa cotidianamente pesar sua decisão e encontrar nela sentido. Assim, quem fica geralmente contará com um percentual da renda obtida na propriedade; terá papel ativo nas decisões; terá um meio de transporte e relativa autonomia no gasto do seu “próprio” dinheiro. Pode-se argumentar que os jovens permanentes atuais tem melhores condições de vida do que os de uma ou duas décadas atrás. Fica explícita a busca por autonomia, tanto no sair como no ficar.

A cidade exerce em todos uma espécie de fascínio. Este é ponderado, nem sempre assumido como projeção e como opção. “Lá”, diferente do que “aqui” é lugar de oportunidades, de emprego, de estudos, de prosperidade. Optar pela permanência é constituir uma proposta de vida onde se rearranjam os níveis de crescimento financeiro e profissional. Sem dúvida é um viver com menos. Essa conotação expressa um ficar apesar de... (apesar de que na cidade pudesse “ganhar” mais; apesar de que na cidade tivesse um trabalho menos penoso; apesar de que lá há outras e mais coisas para fazer). Não ir – ficar – é retomado a partir do fato de que no meio rural há segurança, tranquilidade, perspectivas mínimas de se construir “uma boa vida”, qualquer que seja a conceituação e os critérios dessa análise.

As luzes da cidade tanto atraem como retraem. Ficar também é motivado pelas dificuldades de ir. A inserção no mercado de trabalho urbano e a vivência da dinâmica das cidades influencia a opção por permanecer. No meio rural há um conjunto de seguranças dispostos em relação aos jovens. Seja ela a segurança em termos de integridade, pois a probabilidade de eventos tidos como violentos (assaltos, homicídios) é menor, seja pela segurança alimentar e de um teto. No meio rural os custos gerais em torno da existência são diminutos se comparados ao ambiente urbano.

A saída em geral é motivada a partir do desejo de aumento das perspectivas de renda; de crescimento profissional – a partir da expansão dos níveis de estudo, que no caso se vinculam ao espaço urbano; de busca por outras condições de trabalho (menos penoso, com maiores garantias – descanso semanal, décimo terceiro salário; fundo de garantia); maior inserção no mercado de consumo e de lazer urbano. Quem sai, portanto, o faz em torno de melhores condições de emprego, renda, estudos e crescimento profissional. As moças são maioria nesse grupo.

Quem fica na roça é o rapaz – resguardadas as ressalvas. As disposições de permanência são, inegavelmente e preponderantemente, masculinas. Os rapazes recebem uma carga maior de incentivo e são, desde cedo inseridos nas dinâmicas de produção e de aprendizado na gestão – mesmo que não a exerçam. Há um viés de gênero fortíssimo nos processos sucessórios, um caminho naturalizado através das práticas familiares. A perspectiva de ficar na roça no caso das moças envolve um conjunto de

⁵ O termo “permanentes” é aqui empregado para designar os jovens rurais que estão no meio rural numa condição liminar, isto é, sem estarem totalmente definidos entre a permanência ou a migração.

situações que se especifica em torno do seu casamento com outro agricultor. Na maior parte dos casos elas evitam tal vinculação. A recusa das moças em permanecer se espraia na condição de vida que a mulher tem no meio rural. Congregam uma rotina de trabalho maior que a dos homens e raras vezes têm acesso a uma renda autônoma. As mães incentivam as filhas a saírem para não terem o mesmo destino que tiveram.

Entre os fatores que interferem e influenciam na permanência podem-se complexificar pelo menos dez. A conjugação destes vários fatores, exposta em cada caso, explica genericamente o fenômeno da permanência de jovens no meio rural.

- I. A existência de um nível mínimo de acesso a renda autônoma que satisfaça, pelo menos em parte, as demandas dos jovens. Nesse sentido percebeu-se que os jovens que permanecem são aqueles que possuem participação nos lucros obtidos na atividade agrícola. Tanto no caso de receberem um quantitativo fixo mensal, quanto quem recebe uma porcentagem de uma atividade produtiva.
- II. A disponibilidade de uma estrutura produtiva mínima, isto é, terra, instalações, máquinas, ferramentas. Embora as terras da comunidade sejam de baixa qualidade no que se refere à declividade, onde existem jovens permanentes há uma condição produtiva que os permite a obtenção de uma renda satisfatória (partindo é claro do que conceituam como satisfação monetária). De toda forma são propriedades consideradas “viáveis” economicamente.
- III. O desejo de permanência. Este é exposto pelo termo “vocação agrícola”, que supõe considerar as vinculações de gosto pela vida e pelo trabalho na terra. São valores supostamente cultivados desde a infância e reforçados pelo grupo familiar. Essa conjuntura refere-se de forma mais acintosa aquilo que Bourdieu (2006) convencionou como *habitus*. O ficar ganha contornos de reprodução de um *habitus* familiar rural.
- IV. O incentivo dos pais para a permanência.   not rio que em geral há uma previsibilidade de que entre o grupo familiar ao menos um dos filhos – preferencialmente um rapaz – será incentivado a ficar e suceder os pais na atividade. Essa prática contribui por estender melhores condições de projeção e de inserção dos jovens nas dinâmicas rurais.
- V. A possibilidade de participar ativamente das decisões, rumos e proposições no espaço produtivo e doméstico. Quando os pais abrem espaço para que os filhos participem de forma sintomática e definitiva nos desígnios da unidade produtiva a possibilidade de permanência   maior. Isso se refere também ao controle relativo a possíveis conflitos geracionais.
- VI. Possibilidade de realização de atividades de lazer na comunidade e de inserção mínima em atividades urbanas. A disponibilização de recursos para compra de uma moto, por exemplo, juntamente com o repasse de dinheiro e a permissão para participação nessas atividades   condição *si qua non* para a permanência dos jovens. Pondera-se que é preciso existir mínima oferta de situações e eventos de lazer, o que independe muitas vezes das dinâmicas famílias.
- VII. Relativização da penosidade do trabalho rural. É pertinente considerar que as jornadas de trabalho extenuantes, agregadas   tratos culturais ultrapassados são condenados pela maioria dos jovens. A noção exposta   a de que o trabalho precisa ser rendoso, mas não penoso é determinante. Sempre que possível novas técnicas e mecanismos produtivos são agregados em detrimentos do trabalho pesado. Além disso, o resguardo aos momentos de lazer – nos finais de semana – são reivindicados pelos jovens.
- VIII. Possibilidade de convivência comunitária. No l cus o centro comunitário reflete um ambiente que potencializa as relações sociais dos jovens. Ainda que sutilmente para alguns, há uma influência positiva da comunidade no fator permanência. Os equipamentos de lazer e relativos a outras demandas são oferecidos com maior constância a partir da existência comunitária.

Ela não determina saídas ou permanências, mas prove uma influência maior àqueles que prospectam ficar.

- IX. Existência de perspectivas de melhoria de vida no meio rural. É contundentemente maior a probabilidade de permanência aqueles que percebem a possibilidade de melhorar sua condição de vida naquele espaço. Tanto como evidência quanto como expectativa.
- X. Leitura positiva de possíveis melhorias no futuro. Se quem persiste no meio rural o faz motivado pelas perspectivas, expectativas e esperanças é de se supor e mesmo aferir, que o fazem imbuídos de uma visão positiva em torno daquilo que mudar para melhor e alcançar também sua existência.

As dinâmicas de permanência na comunidade de Cerro Azul se estabelecem pela marcação das ações no ambiente doméstico e comunitário. Há diminutas atividades de lazer, embora esta seja uma ponderação interna aos jovens, organizada a partir das representações estabelecem, ou seja, existe pouco acesso a lazer se comparado com tais equipamentos existentes no espaço urbano. Percebe-se menor intensidade de contatos sociais, que se dão prioritariamente e quase que exclusivamente naquele local. Sobrevém a dificuldade destes jovens em encontrarem parceiras(os), dado o pequeno quantitativo geral e a maioria ser masculina. Além das deficiências de renda, que por certo inviabilizam parte das possíveis inserções sociais em espaços diferentes deste. A relação dos jovens com a comunidade informa que ela, a partir de seu núcleo povoado, toma um singularidade urbana. É um microcosmo de urbanidade em meio à ruralidade.

Estes jovens questionados sobre demandas que se atendidas pudessem proporcionar melhores condições de vida no meio rural e mesmo determinar a permanência com maior ímpeto houve dificuldade em defini-las. O que falta? Oportunidades. Este conceito “escorregadio” confirma que não há clareza sobre as faltas, sobre as carências e principalmente quais as soluções. Destaca-se a interrogação: O que a dúvida em relação ao que deve melhorar no meio rural esconde? Que informação a precede? Não parece haver uma discussão em termos de fomentar opções “na” agricultura. Da mesma forma ocorre quando se pensa a constituição de indústrias na comunidade. A preocupação é parcial, isto é, problematiza-se o número necessário de empregos, mas não a viabilidade, tampouco como isso iria ocorrer e através de quem. Não se ventilam ideias do local. Espera-se que a realidade seja transformada. E convém lembrar, essa não é uma “solução”, nem mesmo entre os agricultores, condicionada a agricultura. A esperança de dias melhores provém do elemento urbano. Talvez não diretamente dele, mas de uma característica prática: o emprego.

A partir disso há uma real ameaça em torno da continuação e da reprodução das unidades produtivas e da atividade rural na comunidade. A sucessão é dificultada. Porém não está determinada a sua extinção. Essa ameaça na comunidade ou na região, ainda que possa ser efetivamente percebida, contrasta com a valorização das terras, por exemplo, com o desejo de obter mais porções dela. O valor que têm referenda a importância social e o retorno empregado nesse tipo de investimento. Contudo, assumir a propriedade dos pais é diametralmente diferente do que iniciar-se em uma delas. O custo operacional de adquirir o terreno e polo em condições de produção é significativo. As linhas de financiamentos públicos auxiliam tais práticas, mas as taxas de juro e o fato de que os lucros sejam alcançados após duas décadas desestimula os jovens.

Esses elementos de melhoria para o rural especificamente são aguardados através do poder público, mas não precisam de qual esfera. O crédito é considerado satisfatório, o que pesa e a possibilidade de sua aplicação. A garantia de preços incide fortemente. Mas como garantir preço se quem o regula, numa primeira acepção é o mercado? E nesse complexo o produtor rural é o elo mais fraco. Esperar uma solução a partir da prefeitura municipal? Talvez o fomento a agricultura? A esfera municipal não conta com recursos financeiros expressivos para fazê-lo. A Secretaria Municipal de Agricultura, por exemplo, não conta com recursos para quaisquer investimentos. Melhores estradas? Essa é uma

reclamação considerável, porém recai nas dificuldades estruturais que se reproduzem há muito tempo. A malha viária é significativa e mantê-la torna-se custoso sem um plano de ação e obras bem delimitado. A iniciativa cooperativista? Parece que a desconfiança gera também seus impasses. A cooperativa da qual boa parte dos moradores são sócios administra basicamente a venda do leite, porém não opera em termos produtivos e de transformação, o que a enfraquece.

A agroindustrialização – que alguns consideram a solução – se pensada como caráter individual e sequencialista redonda na competição do mercado e expõe francamente essas iniciativas a uma concorrência da qual não saem exitosas na maioria dos casos. O mote de agregar valor aos produtos é dificultado também pela inserção desproporcional desses pequenos produtores aos requisitos de fabricação, controle e distribuição. As terras altamente declivosas interpõem impossibilidade para mecanização, produções adensadas e de alta tecnologia. Sobressaem-se assim atividades com maior mão de obra agregada – a pecuária leiteira. Há, contudo o temor em relação à produção de leite, já que suscita atualmente o interesse produtivo de médios e grandes produtores. O reflorestamento é uma opção para quem não depende de uma renda permanente, assim como a pecuária de corte que demanda grande extensão de terra e ganhos anuais. No caso dos aposentados essa perspectiva se viabiliza, mas só quando inexistente um sucessor.

Em síntese a manutenção e melhoria de vida das famílias de agricultores rurais – considerando agregadamente também a permanência de jovens e a reprodução das unidades – se viabiliza a partir das melhorias da agricultura, dos ganhos e perspectivas. A pluriatividade não é considerada uma opção se a agricultura em si não for. A esperança por empregos no meio rural não é de toda a solução para o rural. Os subterfúgios urbanos, ainda que positivos, não resolvem o problema estrutural da atividade agrícola, que pressupõe complexidades maiores. De fato, até o momento em que os jovens não puderem representar trabalho na roça como um emprego e uma profissão rentável sua permanência e todo conjunto social estará em crise.

A tese em si e que se afigura como a definição geral da discussão é que a migração e, principalmente a permanência de jovens no meio rural é uma condição volátil, fluída e que se relaciona com as situações sociais vividas por esses jovens. Suas vontades e desejos são negociados e manifestas num jogo intermitente entre a disposição para ir e para ficar. Esperar é decidir no sentido de conjecturar e melhor a probabilidade de sucesso ficando ou saindo. Um “tomar fôlego”. Fica-se apesar de... Vai-se apesar de... Se for possível, se o conjunto de demandas for atendido há permanência, caso contrário a dinâmica de êxodo é reforçada.

Considerações Finais

Ainda que não seja objetivo tácito deste trabalho definir mecanismos de melhoria no meio rural é lícito especular nesse sentido. Também para que mais indivíduos possam decidir com maior autonomia e liberdade por permanecerem ali, uma vez que o consideram bom, faz-se necessário tecer algumas considerações. Ao negligenciar-se o espaço rural como local de vida, imprime-se uma condição que envia as saídas e as permanências. Mesmo que as falas dos jovens sejam tecidas considerando nostalgicamente o rural, mais por conta de sua história particular do que sobre a realidade implícita, é a falta de condições de vida que os fez sair. Decidem livremente, mas a partir das condições que dispõem.

O discurso de fixação do homem no campo é igualmente problemático, pois não considera a resolução do problema de vida dos seus moradores. O problema em si não é a migração. É antes a falta de perspectivas em poder desenvolver uma vida satisfatória ali. O paradoxo se manifesta porque não permitir que possam escolher permanecer é um pretenso determinismo que impede o livre arbítrio. Pressupor mecanismos de fixá-lo, igualmente configura um determinismo.

A falta de políticas públicas voltadas para permitir a permanência de jovens no meio rural já é uma definição política para o rural. A agricultura familiar prescinde de um conjunto de políticas públicas

que deem conta de melhorar os níveis de vida de seus membros. A inexistência de projetos voltados para atender essas demandas reflete uma proposição para o êxodo. De fato se não há política para efetivar ou potencializar o desejo e a possibilidade de permanência subentende-se que há por este mesmo caminho uma política para a migração e o crescimento da periferização em áreas urbanas. Na falta de partícipes o sistema produtivo – e de vida – no meio rural fica invariavelmente ameaçado, dando margem a latifundirização e proletarização. O êxodo rural é um problema social na medida em que a saída em quase todos os casos é forçada. Principalmente entre os jovens. Resolvê-lo ou mitiga-lo impõe abarcar a conjuntura com base na relação entre rural e urbano.

É portanto necessária a discussão e articulação que dê conta de uma eficiente e efetiva política para o rural. Importa que se articule entre os jovens e suas famílias e que contemple entre outras coisas: renda; lazer; seguro agrícola; garantia de preços; acessibilidade; autonomia; qualidade de vida e perspectivas de crescimento pessoal e financeiro. Estes elementos potencializados e incitados podem, sem malograr o tempo, trazer o pretense desenvolvimento de que em todos os sentidos é objeto de desejo. Tanto aos que vivem no meio rural, quanto daqueles que necessitam da sua existência.

Referências

- ABRAMOVAY, R. [et. al.]. **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: UNESCO, 1998.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 14. ed. Tradução Fernando Tomaz. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2006.
- GEORGE, P. **Geografia rural**. São Paulo: Difel, 1982
- KUMMER, R. **Juventude rural, entre ficar e partir**: a dinâmica dos jovens rurais da comunidade de Cerro Azul, Palma Sola/SC. Dissertação de Mestrado: P.P.G. em Ciências Sociais da Unioeste. Orientador: Silvio Antônio Colognese. Toledo, 2013. Pp.310.
- PETRONE, M. T. S. **O imigrante e a pequena propriedade (1824-1930)**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- QUEIROZ, M. I. P. de. **O campesinato brasileiro**: ensaio sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1973.
- RENK, A. **A luta da erva**: um ofício étnico no Oeste Catarinense. 2. ed. rev. Chapecó: Argos, 2006.
- _____. O conhecimento do território: a Bandeira Konder. In: CEOM. **A viagem de 1929**: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras. Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina. Chapecó: Argos, 2005.
- SILVESTRO, M. *et alii*. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Milton Luiz Silvestro *et alii*, Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.
- WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres**: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo-Brasília: Hucitec-Edunb, 1995.